Ata da 31ª (trigésima primeira) Sessão Ordinária da Nona Legislatura, Segundo Período Legislativo, da Câmara Municipal de Seringueiras/RO, Realizada no dia primeiro de outubro do Ano de Dois Mil e Vinte e Seis, às 09 horas, no Plenário José Carreiro de Melo, sito à Avenida Capitão Sílvio, s/n, Entre as Ruas XV de Novembro e Olavo Bilac, nesta Cidade de Seringueiras/RO. Senhora Presidente Juliane Crestani, Senhora Secretária Valcicleia Rufino Barbosa, dando continuidade realizou-se a chamada dos Vereadores contando com a presença de Alexandre Braun, Jéssica Daiane, Mário Cancian, José Inácio Filho, Ricardo Alberto Stevanelli, Solange Aparecida Emílio de Barros e Valdeci Pereira Salgado. Constatado quórum legal, a Senhora Presidente declarou aberta a presente Sessão. Na sequência, solicitou que todos se colocassem de pé para a leitura do texto bíblico. Em seguida, solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior, cuja dispensa foi requerida e deferida pelo Plenário, sendo a referida Ata aprovada sem ressalvas ou questionamentos. Dando continuidade, a Senhora Presidente solicitou à leitura das matérias constantes na Ordem do Dia. Realçando: **Projeto de Lei Executivo nº 138/2026** que autoriza o Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Transposição no Orçamento para 2026, do Fundo Municipal de Saúde de Seringueiras-RO, autoria do Poder Executivo. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2026** altera Lei Orgânica do Município de Seringueiras, para dispor sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos municipais, Autoria do Poder Executivo. **Requerimento da Mesa Diretora nº 001/2026** para Apreciação pelo Plenário da Câmara Referente a Possível Nulidade da Eleição Antecipada da Mesa Diretora para o Segundo Biênio da Legislatura 2025/2028 e Realização de Nova Eleição. E não havendo mais matérias inscritas, a Senhora Presidente solicitou, à Senhora Secretária a leitura das matérias constantes no Expediente Recebido destacando-se: **Projeto de Resolução nº 002/2026** que Dispõe Sobre a Alteração do Regimento Interno da Câmara Municipal de Seringueiras-RO e da Outras Providencias, Autoria do Poder Legislativo. E não havendo mais matérias a serem lidas, a Senhora Presidente prosseguiu a Sessão, convidando os Senhores Vereadores a se inscreverem para o uso da Tribuna no Pequeno Expediente pelo prazo de cinco minutos, sem direito a partes. **Solange Emilio -** Cumprimentou a Senhora Presidente, os demais Vereadores, público presente e todos que acompanhavam a Sessão pelas redes sociais. Em seguida, agradeceu a Deus pela oportunidade e por tudo o que vinha acontecendo nos últimos dias. Na sequência, agradeceu à população de Seringueiras pelo empenho e apoio aos seus candidatos durante o primeiro turno das eleições, ressaltando que todos obtiveram expressiva votação no município. Agradeceu também às pessoas que trabalharam em sua campanha, a quem se referiu como "formiguinhas", destacando o trabalho realizado de casa em casa, com união e dedicação na busca por votos e apoio. Estendeu seus agradecimentos ao Pastor Helber, que se colocou à disposição para colaborar com a campanha, acompanhando as atividades e percorrendo as localidades sob o sol, levando mensagens de apoio e pedindo mudanças. Por fim, agradeceu a todos os envolvidos e pediu a Deus que abençoasse cada um, bem como os candidatos eleitos, para que honrassem seus compromissos e contribuíssem para o desenvolvimento do município de Seringueiras. Agradeceu. Não havendo mais oradores inscritos, foi aberta a inscrição para o Grande Expediente, pelo prazo de dez minutos, com direito a partes. E, não havendo oradores inscritos no Grande Expediente a Senhora Presidente solicitou, então, à Senhora Secretária a leitura das correspondências recebidas. Ressaltando o Convite da Secretaria Municipal de do Trabalho e Assistência Social, para participarem das comemorações alusivas ao dia das crianças que acontecera no próximo sábado dia 10 de outubro. não havendo correspondências a serem lidas, conforme as normas regimentais desta Casa de Leis, com a concordância dos senhores Vereadores seguiu a Sessão. Na sequência, a Senhora Presidente, Vereadora Juliane Crestani,

solicitou à Senhora Secretária, Vereadora Valcicleia Rufino Barbosa, que procedesse à chamada dos Vereadores para a segunda parte da Ordem do Dia, registrando-se a presença dos Vereadores Alexandre Braun, Jéssica Daiane, José Inácio Filho, Mário Cancian, Ricardo Alberto Stevanelli, Solange Aparecida Emílio de Barros e Valdeci Pereira Salgado. Reaberta a Sessão e havendo quórum legal para deliberação e votação das matérias em pauta, a Srª Presidente solicitou a senhora Secretária a leitura integral do **Projeto de Lei 138/2026** após a leitura colocou em discussão. E não havendo discussão colocou em votação sendo: 09 (nove) votos favoráveis emitido pelos Vereadores presentes dessa forma a Srª Presidente declarou o referido Projeto aprovado. Continuando a Srª Presidente solicitou a senhora Secretária a leitura integral do **Projeto de Emenda à Lei Orgânica 002/2026 para votação do primeiro turno,** após a leitura colocou em discussão. E não havendo discussão colocou em votação sendo: 08 (oito) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário emitido pela Vereadora Solange Emilio, dessa forma a Srª Presidente declarou o referido Projeto aprovado. Na sequência, a Senhora Presidente solicitou à Senhora Secretária a leitura integral do **Requerimento da Mesa Diretora nº 001/2026**, referente à possível nulidade da eleição antecipada da Mesa Diretora para o segundo biênio da Legislatura 2025/2028. Após a leitura, a matéria foi colocada em discussão, ocasião em que o Vereador Ricardo Stevanelli questionou se seria realizada nova votação para anular a decisão referente à composição da Mesa Diretora. Em resposta, a Senhora Presidente esclareceu que seria necessária a realização de mais uma Sessão para essa finalidade. Após os esclarecimentos, não havendo novas manifestações, a Senhora Presidente submeteu o requerimento à votação, sendo aprovado por 09 (nove) votos favoráveis dos vereadores presentes. Dessa forma, declarou aprovado o Requerimento da Mesa Diretora nº 001/2026, por unanimidade dos Vereadores presentes em Sessão Ordinária realizada no dia 08 (oito) de outubro de 2026, no qual foi decidido pelo reconhecimento da nulidade da eleição antecipada da Mesa Diretora para o segundo biênio da Legislatura 2025/2028, realizada em 1º de janeiro de 2025, devendo ser realizada nova eleição em data posterior, conforme os procedimentos regimentais aplicáveis. E não havendo matérias a serem deliberadas e aprovadas, a Senhora Presidente concedeu a palavra aos Senhores Vereadores, para uso da tribuna nas Explicações Pessoais, pelo prazo de cinco minutos, sem direito a partes. **Mario Cancian** – Cumprimentou os demais Vereadores, os servidores da Câmara Municipal e todos os presentes, bem como aqueles que acompanhavam a Sessão pelas redes sociais. Ressaltou a importância de agradecer a Deus e, em seguida, manifestou seus agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram durante a campanha eleitoral, destacando o empenho, a disposição, a confiança e a responsabilidade de cada colaborador. Na sequência, agradeceu pelos 2.066 (dois mil e sessenta e seis) votos recebidos no município, ressaltando que o resultado representa o reconhecimento do trabalho realizado pelo Deputado Estadual Ismael Crispin e reforça seu compromisso e sua responsabilidade de continuar trabalhando em prol da população. Agradeceu, ainda, pelos 203 (duzentos e três) votos destinados à Deputada Federal Cristiane Lopes no município, demonstrando satisfação com o resultado alcançado e reconhecendo a importância do apoio recebido. Por fim, agradeceu a todos pela confiança depositada em seu trabalho e no da referida parlamentar, desejou um bom fim de semana e encerrou sua manifestação desejando que todos permanecessem com as bênçãos de Deus. **Solange Emilio** – Retornou à tribuna para justificar seu voto contrário ao Projeto de Lei que propõe a alteração da Lei Orgânica do Município de Seringueiras/RO, no que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos municipais, mediante a adoção do regime celetista. Em sua manifestação, declarou ser contrária à proposta, defendendo que o ingresso no serviço público deve ocorrer por meio de concurso público, e não de processo

seletivo. Manifestou preocupação de que a alteração proposta possa desestimular a participação de interessados em concursos públicos. Mencionou ter recebido informações de que a adoção do regime celetista facilitaria o desligamento de servidores que não estivessem desempenhando adequadamente suas funções. A esse respeito, ponderou que, no regime vigente, havendo necessidade de apurar a conduta de servidor concursado, poderá ser instaurada uma comissão para investigar os fatos e verificar a existência de fundamentos legais que justifiquem eventual desligamento. Na sequência, reafirmou seu posicionamento contrário ao projeto e informou que, embora integrasse a comissão responsável pela análise da matéria, até aquele momento não havia sido emitido parecer jurídico sobre a proposta. Acrescentou que o projeto ainda seria submetido à votação em segundo turno, ocasião em que manteria seu voto contrário. Por fim, declarou respeitar as opiniões e os comentários feitos a seu respeito. Ressaltou, contudo, que seu posicionamento não representava oposição aos servidores públicos, mas decorria de sua defesa de que o ingresso no serviço público ocorra por meio de concurso público, e não de processo seletivo. Agradeceu. **Ricardo Stevanelli -** Deu boas-vindas a todos os presentes na Câmara Municipal, ressaltando que a Casa do Povo é o espaço destinado à elaboração e à apreciação das leis municipais, colocando-se à disposição da população. Em seguida, referindo-se às considerações apresentadas pela Vereadora Solange acerca do projeto que propõe alterações no regime jurídico dos servidores públicos municipais, destacou a importância de os Vereadores analisarem cuidadosamente a matéria, a fim de verificar se as mudanças propostas correspondem ao conteúdo apresentado. Informou que havia realizado apenas uma leitura parcial do projeto, sem aprofundar sua análise, mas que se comprometeria a examiná-lo com maior atenção para, posteriormente, discutir com os demais parlamentares as providências cabíveis. Manifestou preocupação quanto à possibilidade de perda da estabilidade dos servidores públicos concursados, ressaltando que, em seu entendimento, o ingresso por concurso público proporciona maior segurança profissional. Explicou que os servidores aprovados em concurso passam por estágio probatório e que eventual desligamento deve observar os critérios e procedimentos legalmente estabelecidos. Para ilustrar seu posicionamento, relatou experiências pessoais anteriores, quando exerceu funções em cargos comissionados no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e na Prefeitura, mencionando que, em razão de mudanças na administração e de alterações políticas, acabou sendo desligado de suas funções em diferentes ocasiões. Comparou essa situação à dos servidores concursados, destacando que estes buscam, por meio dos estudos e da aprovação em concurso público, estabilidade e segurança para o sustento de suas famílias. Acrescentou que os agentes políticos que ocupam cargos eletivos enfrentam incertezas a cada período eleitoral, diferentemente dos servidores concursados, cuja permanência no serviço público, segundo ressaltou, está sujeita às garantias e aos requisitos previstos na legislação. Ao concluir esse assunto, reiterou que analisaria o projeto com mais atenção antes de formar um posicionamento definitivo sobre os pontos levantados. Na sequência, agradeceu à população de Seringueiras pelos votos recebidos por seus candidatos nas eleições, especialmente ao Deputado Estadual Jean Oliveira, informando que, juntamente com o grupo político do parlamentar, com a participação de Polaquinho, João da Sucam, e dos demais apoiadores, foram obtidos aproximadamente 350 votos para o referido candidato no município. Também agradeceu pelos votos destinados à candidata a deputada federal apoiada pelo grupo, que, conforme relatou, recebeu quase 300 votos em Seringueiras, embora não tenha sido eleita. Estendeu os agradecimentos a todos os eleitores que apoiaram os candidatos de seu grupo político, reconhecendo a participação e o apoio da população durante o período eleitoral. Por fim, colocou o gabinete à disposição da comunidade, informando que o canal de contato

permanecia o mesmo há vários anos. Convidou os munícipes a encaminharem mensagens e entrarem em contato por meio do WhatsApp, Instagram, Facebook, TikTok ou outras redes sociais, colocando-se à disposição para dialogar, ouvir as demandas e discutir os assuntos de interesse da população. Agradeceu. Continuando a Senhora presidente **Juliane Crestani** fez esclarecimentos sobre o referido projeto de emenda a Lei orgânica. Informou que esteve na Prefeitura Municipal em busca de maiores esclarecimentos sobre o assunto, e que, o que foi dito a ela faz sentido, relatou que durante sua atuação no serviço público municipal, tomou conhecimento de situações que, em seu entendimento, demonstram a complexidade da avaliação e da responsabilização dos servidores públicos. Como exemplo, mencionou o caso de um servidor municipal que teria permanecido afastado de suas funções por aproximadamente dez anos, recebendo remuneração elevada. Relatou que, após a identificação de possíveis irregularidades, foi apresentado documento que indicaria que o servidor continuava exercendo suas atividades, tendo a situação sido encaminhada ao Instituto de Previdência Municipal de Seringueiras – IPMS. Segundo a Vereadora, o caso poderia resultar na obrigação de restituição dos valores recebidos indevidamente. Contudo, informou que o servidor pediu exoneração, ocasionando, conforme sua avaliação, prejuízo superior a meio milhão de reais aos cofres públicos municipais. Alegou que considera inadequado atribuir aos próprios colegas de trabalho a responsabilidade de integrar comissões destinadas a avaliar ou decidir sobre a permanência de outros servidores, uma vez que os vínculos profissionais e pessoais podem dificultar a imparcialidade dessas avaliações. Defendeu, assim, que seja estudada a possibilidade de estabelecer mecanismos específicos para a apuração de situações dessa natureza, com a participação de equipes devidamente preparadas e imparciais. Na condição de servidora pública municipal, afirmou conhecer situações de trabalhadores que, em sua avaliação, já não apresentam condições de permanecer no exercício de determinadas funções, mas cuja situação exige análise criteriosa. Ressaltou que a questão não deve ser tratada apenas sob o aspecto financeiro, mas também considerando a condição humana dos servidores e a necessidade de procedimentos adequados para cada caso. A Vereadora destacou, ainda, a importância de que sejam estabelecidos critérios claros para o ingresso e a permanência no serviço público, bem como mecanismos de acompanhamento e avaliação do desempenho funcional, respeitando-se os direitos dos servidores e as garantias legais aplicáveis. Defendeu que a discussão seja considerada juntamente com as medidas relacionadas à realização de concursos públicos, a fim de buscar soluções para as situações apresentadas. Por fim, ressaltou que cabe ao Poder Legislativo analisar e deliberar sobre as matérias submetidas à sua apreciação, buscando valorizar os servidores que desempenham suas funções adequadamente e acompanhar de perto a atuação da Administração Pública. Esclareceu que sua manifestação tinha por objetivo compartilhar os esclarecimentos que buscou junto à Prefeitura Municipal e contribuir para o debate da matéria, deixando aos demais parlamentares a formação de seus respectivos posicionamentos. Na sequência a Vereadora Solange Emilio solicitou a Presidente a oportunidade de retornar a tribuna a fim de complementar seu pronunciamento, tendo o pedido autorizado. **Solange Emilio** - Agradeceu à Senhora Presidente e manifestou seu reconhecimento ao Deputado Estadual Laerte Gomes, destacando sua atuação e as contribuições destinadas ao Município de Seringueiras e ao Estado de Rondônia. Ressaltou, contudo, que considerava importante reconhecer também a contribuição da família Lebrão para o desenvolvimento do Município, manifestando tristeza e pesar pela saída da Deputada Lebrinha do cargo. Destacou que a família Lebrão, ao longo de sua trajetória, contribuiu significativamente para o município de Seringueiras, defendendo que tais ações fossem devidamente reconhecidas. Afirmou que, embora reconheça o trabalho do Deputado Laerte Gomes, a quem considera um

importante parceiro do Município, não poderia deixar de mencionar os recursos e o apoio destinados pela família Lebrão. Na oportunidade, dirigiu-se à população de Seringueiras e aos moradores da região da BR-429, ressaltando a importância da atuação dos representantes políticos para o desenvolvimento local. Por fim, manifestou o desejo de que Deus conceda sabedoria aos envolvidos e expressou a esperança de que, futuramente, a família Lebrão volte a contribuir com ações e recursos destinados à BR 429 e ao Município de Seringueiras. Ao final, agradeceu à Senhora Presidente pela oportunidade. Continuando a Srª presidente passou a Presidência ao vice-presidente o senhor Valdeci Salgado para que a mesma pudesse fazer o uso da fala, e para falar nas explicações pessoais pelo prazo de cinco minutos sem direito a parte o vice-presidente passou a palavra a Vereadora **Juliane Crestani** - Cumprimentou a todos os presentes. Declarou que, na ocasião, se encontrava entristecida em razão dos acontecimentos relacionados ao cenário político após as eleições. Mencionou as considerações anteriormente apresentadas pela Vereadora Solange e agradeceu pelos 788 votos recebidos pela Deputada Estadual Lebrinha no município, ressaltando também a importância dos votos destinados ao Deputado Lebrão. Na sequência, manifestou insatisfação com comentários que estariam circulando a respeito dos recursos destinados ao município, segundo os quais a Deputada Lebrinha teria destinado apenas R$ 300.000,00 a Seringueiras durante seu mandato. Ressaltou que a parlamentar teria contribuído para a viabilização de recursos e benefícios para o município, citando, entre outros, a aquisição de um ônibus, no valor aproximado de R$ 617.000,00, além de obras de calçamento, aquisição de aduelas e recursos destinados à área da saúde. Ressaltou que parte desses benefícios já havia chegado ao município. Destacou a atuação do Deputado Lebrão, mencionando recursos destinados a obras e melhorias na infraestrutura municipal, incluindo investimentos em estradas e outras ações realizadas ao longo de sua trajetória política. Nesse contexto, ressaltou a importância de reconhecer as contribuições dos parlamentares que trabalham em benefício de Seringueiras, independentemente de vínculos políticos ou familiares. Em seguida, relatou que havia conversado com a deputada Lebrinha, a qual, segundo informou, teria manifestado desânimo em relação à continuidade de sua carreira política, em razão de considerar que o trabalho realizado não estaria recebendo o devido reconhecimento. Lamentou a situação e ponderou que a falta de reconhecimento pelos resultados alcançados poderia desestimular a continuidade de sua atuação pública. Prosseguindo, agradeceu a todos que apoiaram a Deputada durante o período eleitoral, ressaltando que, embora cada eleitor disponha de apenas um voto para o cargo de deputado estadual, muitos reconhecem o trabalho desenvolvido pela parlamentar em benefício do município. Por fim, expressou sua insatisfação com as críticas que considerou injustas e afirmou acreditar que o tempo demonstraria a importância das ações realizadas. Agradeceu. Não havendo mais Vereadores inscritos nas explicações pessoais e nem matérias a serem discutidas e votadas a Senhora Presidente agradeceu a todos que se fez presente, encerrando os trabalhos determinou a lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, será devidamente assinada pela Senhora Presidente, pela Senhora Secretária, pelos membros da Mesa Diretora e pelos demais Vereadores que assim o desejarem.